

Onde Tem Tiroteio: informação colaborativa e fluxo distributivo de imagens da violência urbana no Brasil

Onde Tem Tiroteio: collaborative information and distributive flow of images of urban violence in Brazil

Aline Grupillo Chagas Reis

Doutoranda em Comunicação na Universidade da Beira Interior (Portugal) e bolsista de investigação no LabCom - Comunicação e Artes. E-mail: aline.grupillo.reis@ubi.pt

Joaquim Serra

Doutor em Ciências da Comunicação e Professor Catedrático no Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior (Portugal), onde também é investigador no LabCom. E-mail: pserra@ubi.pt

Resumo:

O presente artigo resulta da análise das postagens no aplicativo Onde Tem Tiroteio a fim de observar o funcionamento de um sistema colaborativo de alertas da violência urbana com a geração de um fluxo de distribuição de imagens de flagrantes de assaltos, tiroteios ou operações policiais por meio de circuitos não tradicionais de mídia. Nosso objetivo é discutir em que medida a utilização pelos telejornais das imagens testemunhais captadas por cidadãos comuns e publicadas na ferramenta suscitam conflitos em torno da autoridade jornalística na televisão. Nesse sentido, adotamos a observação direta como procedimento metodológico inspirado na etnografia virtual, coletando e analisando 339 postagens e 497 comentários no período de quatro semanas, entre 10 de junho e 10 de julho de 2020, além de analisar dos telejornais no mesmo período.

Palavras-chave:

OTT; Violência urbana; Telejornalismo; Autoridade jornalística.

Abstract:

This article results from the analysis of posts in the *Onde Tem Tiroteio* application in order to observe the action of a collaborative urban violence alert system with the generation of a flow of distribution of flagrant images of robberies, shootings or police chases through non-traditional media circuits. Our objective is to discuss to what extent the use by television news of testimonial images captured by common citizens and published in the tool raises conflicts around journalistic authority on television. In this sense, we adopted direct observation method inspired by virtual ethnography as a methodological process, collecting and analyzing 339 posts and 497 comments in a period of four weeks, carried out from June 10 to July 10, 2020, in addition to analyzing the news programs in the same period.

Keywords:

OTT; Urban violence; Television journalism; Journalistic authority.

INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

1 Introdução

A evolução da tecnologia móvel e o desenvolvimento dos *smartphones* promoveram uma das principais alterações no modo de produção e distribuição do conteúdo informativo e audiovisual da contemporaneidade. Tecnicamente tão ou mais potentes do que algumas câmeras filmadoras, os telefones inteligentes tornaram-se equipamentos cuja capacidade excede em muito a simples possibilidade de comunicação à distância entre indivíduos, engendrando um mecanismo que permite ao cidadão comum captar, armazenar e distribuir cenas inesperadas do cotidiano por circuitos não tradicionais de mídia. Será neste último aspecto funcional da telefonia *mobile* que centraremos a análise deste artigo através do estudo do aplicativo brasileiro da violência urbana Onde Tem Tiroteio (OTT).

Nosso objetivo é abordar como o aplicativo passou a funcionar como ferramenta de alerta para tiroteios, assaltos, perseguições e operações policiais, entre outros eventos da violência urbana, disponibilizando flagrantes de tais ocorrências por meio de um sistema colaborativo de envio de imagens captadas por cidadãos comuns. Não raramente, essas cenas de valor testemunhal e sentido de realidade (MARTINS, 2017) acabam sendo utilizadas em reportagens televisivas, o que traz à discussão a incidência do aplicativo sobre a produção da notícia nas estações de televisão, suscitando conflitos e disputas em torno da autoridade jornalística.

Criado por quatro amigos de áreas de formação distintas e não ligadas ao jornalismo, o OTT surgiu como uma *fanpage* no *Facebook* em 2016¹. Em seu estudo sobre o relato de crimes em perfis semelhantes ao OTT na cidade do Rio de Janeiro, Nunes (2017) constatou que a criação dessas *fanpages* estava associada, entre outros fatores, à redução da cobertura jornalística tradicional em determinados territórios. Para termos uma noção do alcance do fenômeno, dos 160 bairros oficiais da cidade do Rio de Janeiro 156 contavam com uma *fanpage* informativa nessa rede social.

O autor nota que a maioria dessas páginas nasceu com a proposta de produzir conteúdos gerais para os moradores como serviços públicos, ações sociais, festas e eventos regionais e até denúncias do mau uso do espaço público. Entretanto, os perfis

¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/OTTRJ/>>. Acesso em 11 dez. 2019.

migraram para a cobertura da violência com ênfase na localidade de origem e seu entorno. No geral, o assunto predomina com 44% do conteúdo publicado. Além disso, há uma elevada participação dos usuários com o envio de fotos (53,1% das postagens) e vídeos (8,7% dos *posts*).

Conforme Grupillo (2018), as chamadas páginas *News* (como *RJ News* ou *Jacarepaguá News*) estão associadas à lógica da produção instantânea de conteúdo colaborativo e procuram se inscrever no universo jornalístico por meio da prestação de um serviço público, informando aos moradores onde estão ocorrendo eventos violentos, sem falar do nome como se apresentam.

Antunes e Mathues (2019) procuraram compreender o OTT a partir da interface entre ciberespaço, espaço urbano e mobilidade, propondo a construção da “cartografia da violência” na cidade do Rio de Janeiro. As pesquisadoras observaram as postagens na *fanpage* e os comentários dos seguidores com o intuito de perceber de que maneira os relatos explicitavam a experiência do medo e o testemunho de pessoas que, em função dele, afirmavam evitar o trânsito em certas regiões da cidade. Em meados de 2019, o OTT encerrou os alertas na *fanpage* e passou a concentrá-los no aplicativo, atualmente com alcance de quase cinco milhões de pessoas.

Latrônico e Mattedi (2019) observaram como o aplicativo se tornou um instrumento para a gestão de problemas do cotidiano. Assim, mais do que alterar rotinas individuais no contexto das grandes cidades, dispositivos como o OTT produzem territórios virtuais personalizados que funcionam como instrumento de mediação social, indicando a vulnerabilidade dos indivíduos em situações que variam da violência urbana às catástrofes naturais. Ao coletar, agrupar, preparar, visualizar e reproduzir dados, alguns *apps* conseguem identificar os possíveis riscos de uma determinada região para, então, classificá-la como segura ou insegura. Para os autores, isso só é possível com a criação de uma rede relacional que conecta informações dispersas e diversificadas a um determinado lugar.

Nossa discussão, porém, perpassa o fluxo de distribuição colaborativa de imagens da violência urbana produzidas por cidadãos comuns que atravessa o aplicativo, dentre outros caminhos possíveis, para chegar aos produtores, repórteres e editores nas estações televisivas. Trata-se de um estudo em andamento realizado na Universidade da Beira Interior, em Portugal. Nossa pretensão, portanto, não é esgotar

o tema, mas levantar o debate sobre o problema da autoridade jornalística nesse contexto (SJØVAAG, 2011; ZELIZER, 1992) ao expor a fragilidade do sistema de crenças que definiu os valores e as práticas do jornalismo moderno com o qual a sociedade assumiu um contrato (NERONE, 2012).

Parte desta discussão advém do modo como jornalistas recebem e tendem a tratar o conteúdo audiovisual obtido por meio de circuitos colaborativos como o proposto pelo OTT, procurando obscurecer a fonte de origem das cenas nas reportagens. Grupillo (2018) problematiza esta questão ao abordar o estreitamento das relações entre produtores e repórteres de TV e os administradores das páginas *News*. A pesquisadora destaca que tais *fanpages* tornaram-se ambientes importantes para os jornalistas obterem informações, personagens e, principalmente, flagrantes da violência urbana, dada a divulgação desses eventos, em primeira mão, nessas páginas.

Apesar disso, o apagamento das marcas indicativas de autoria das imagens constitui uma das estratégias utilizadas por jornalistas e emissoras para manter a autoridade como porta-vozes dos acontecimentos junto ao público. Neves e Maia (2009) corroboram essa visão uma vez que, ao evitar a atribuição de créditos nas imagens ou mesmo atribuir tais flagrantes ao personagem “amador”, os noticiários deixam de problematizar e explicar aos espectadores suas rotinas de trabalho, procurando, ao contrário, apagar os indícios de seus processos produtivos de informação.

Nos últimos anos, o desenvolvimento da tecnologia e a possibilidade de captação de imagens pelo cidadão comum popularizaram o uso do termo “amador”. Em outro trabalho², o utilizamos de modo específico e para designar cinegrafistas com variados graus de experiência que atuam como *freelancers* para emissoras de televisão captando imagens da violência em áreas de conflito armado no Brasil. Assim, partimos do pressuposto de que “não existe um amador de fato, mas cidadãos comuns que eventualmente contribuem com a produção da notícia” (GRUPILLO, 2018, p. 10)³.

² Cf. Grupillo, 2018.

³ Sobre a utilização do termo “amador” em oposição às práticas profissionais de elaboração da notícia. Aguiar e Barsott (2014) e Keen (2009).

Nas sessões a seguir, apresentaremos a técnica de recolha de dados adotada nesta pesquisa e os resultados alcançados para, então, alargar as discussões propostas tendo como foco a autoridade jornalística.

2 Metodologia

Utilizamos a observação direta como procedimento metodológico de inspiração etnográfica para coletar e analisar dados e *posts* publicados no aplicativo a fim de compreender seu funcionamento e as interações que ocorrem entre os usuários do Onde Tem Tiroteio. O trabalho de coleta de dados se deu no período de quatro semanas, entre os dias 10 de junho e 10 de julho de 2020, somando 339 *posts* analisados, que resultaram em 6.761 reações por parte dos usuários e um total de 497 comentários publicados na ferramenta.

O princípio defendido pelos criadores do aplicativo está baseado na ideia de “segurança pública 4.0”⁴, que pressupõe a segurança feita do cidadão para o cidadão (C2C), de forma colaborativa. Assim, os usuários têm a possibilidade de relatar eventos que tenham testemunhado de maneira a auxiliar os demais a escapar de confrontos, assaltos e balas perdidas. Tudo é compilado por meio da ferramenta e os administradores do OTT atuam de forma independente; isto é, sem a obrigação de confirmar os alertas com fontes oficiais, como batalhões de polícia ou Secretarias de Segurança Pública.

A cada alerta de violência postado, os usuários contam com a possibilidade de confirmar, comentar e compartilhar. No período de análise indicado, os *posts* mais comentados e os comentários mais significativos, que demonstravam um conjunto de reações distintas e expressas pelos usuários, foram organizados em quatro categorias de análise: 1) colaborativos; 2) contestadores ou corretores; 3) denunciativos e 4) responsivos. O aplicativo está disponível para *downloads* gratuitamente e permite a participação de qualquer cidadão. Ainda assim, por questões de ordem ética, os usuários serão mantidos anônimos, especialmente porque entendemos que lidam com

⁴ Disponível em: <<https://www.ondetemtiroteio.com.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2019.
INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

conteúdos sensíveis (AMARAL, 2010), que dizem respeito à falta de segurança e à atuação de indivíduos inseridos no universo na criminalidade.

Assim como Cardoso e Costa (2017), entendemos que a comunicação faz parte da nossa essência antropológica e observar as interações comunicativas nas sociedades contemporâneas implica lançar um olhar atento em direção aos novos espaços antropológicos, assentes nos ambientes digitais, nos e por meio dos quais grupos sociais diversos estabelecem novas formas de se relacionar com o outro. Essa percepção, porém, traz um desafio epistemológico aos pesquisadores, pois demanda métodos de investigação capazes de compreender não apenas as relações mas também as interpretações, usos e apropriações que os sujeitos sociais desenvolvem com e a partir da mídia.

Entendendo o ciberespaço como um tecido social novo e de crescente complexidade, Gutierres (2009) reitera a necessidade de adaptação de metodologias, métodos e técnicas que antecederam as dimensões culturais *on-line* às pesquisas contemporâneas. Nesse caso, não se trata de fazer uma mera transposição de métodos investigativos oriundos da antropologia para os espaços *on-line*. Antes, a adaptação a que se refere Gutierres permite ao pesquisador se encontrar com as diferenças nos processos e no desenvolvimento dos objetos, levando-o a fazer escolhas não aleatórias e determinantes para a interpretação dos fenômenos estudados.

Nesse sentido, Christine Hine (2000) destaca que a etnografia virtual consiste no método que possibilita a observação detalhada do modo como as pessoas experimentam e dão significado às novas tecnologias. Mas para compreender essas relações, o etnógrafo deve habitar, por um tempo determinado, um mundo intermediário, sendo estranho e nativo ao mesmo tempo, a fim de perceber como funciona a cultura *on-line* que pretende estudar.

Entendemos com isso que uma etnografia nos ambientes digitais deve obedecer a um rigor metodológico que se reflete em alguns pontos fundamentais, conforme Kozinetz (2002)⁵. O primeiro é a entrada no campo, momento em que o autor

⁵ Em vez de etnografia virtual, Kozinetz (2002) prefere usar o termo Netnografia em seus estudos sobre culturas e comportamentos de consumo *on-line*. Este e outros termos como webnografia e ciberantropologia foram criados a partir dos anos 1990 (Fragoso, Recuero e Amaral, 2011) como adaptação do método etnográfico ao ambiente digital. Embora possam ser empregadas de acordo com a especificidade dos objetos de estudo, tais terminologias procuram evitar a dicotomia entre “real” e INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

recomenda que o pesquisador se identifique. O segundo constitui a coleta e análise dos dados. Um terceiro ponto seria a verificação dos dados coletados (*feedback*) juntos aos membros do grupo observado, oferecendo legitimação e credibilidade à investigação.

Sendo assim, neste trabalho, adotamos a observação direta como uma técnica de pesquisa de inspiração etnográfica, uma vez que, na perspectiva da antropologia clássica, fazer etnografia significa elaborar uma descrição densa de uma determinada cultura, numa empreitada em que o etnógrafo traduz a figura que anota o discurso social e, ao fazê-lo, “o transforma de acontecimento passado, que existe apenas no seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (GEERTZ, 1978, p. 29).

Essa vertente metodológica começou a ser explorada no campo da comunicação digital a partir do final dos anos 1980, com o surgimento das comunidades virtuais. É, portanto, inseparável do contexto em que se desenvolve e, por isso mesmo, é considerada adaptativa (AMARAL; NATAL; VIANA, 2008). Em outras palavras, se a internet se tornou uma representação das nossas práticas sociais, isto requer dos cientistas sociais novas formas de observação e que eles “voltem a fabricar suas próprias lentes” em busca de instrumentos que viabilizem novas maneiras de enxergar (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 14).

3 Resultados e análise

O aplicativo Onde Tem Tiroteio permite aos usuários e administradores emitir 12 tipos de alertas diferentes. No período de análise, observamos maior incidência de três tipos: *Tiroteio*, *Disparos Ouvidos* e *Utilidade Pública* (Tabela 1). O primeiro é o mais recorrente, concentrando 190 *posts* do total de 339 publicados. É importante salientar que *Utilidade Pública* é utilizado tanto para indicar eventos que possam provocar algum impacto no cotidiano das pessoas (trânsito, queda de árvore, problema no transporte público) quanto para sinalizar a entrada de vídeos ou fotografias nos alertas ainda que as imagens mostrem tiroteios ou arrastões, por exemplo. Alertas do tipo *Manifestação* e *Operação Policial* tiveram número igual de postagem. Já

“virtual”, ou entre “*off-line*” e “*on-line*”, apontando para a importância de enxergar os ambientes digitais como lugares de sociabilidade (Polivanov, 2013).

INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

Arrastão, Perseguição Policial, Incêndio e Carros na Contramão apareceram de forma esporádica.

Tabela 1 – Tipo de alertas mais publicados

Alerta	Incidência no período
Tiroteio	190
Disparos Ouvidos	93
Utilidade Pública	39
Manifestação	05
Operação Policial	05
Arrastão	03
Perseguição Policial	02
Incêndio	01
Carro na Contramão	01

Fonte: Dados recolhidos no *app* OTT 10/06 a 10/07/2020

Até 2018, os alertas do OTT abrangiam apenas o estado do Rio de Janeiro. Naquele ano, a ferramenta foi implementada no estado de São Paulo e, em 2019, juntamente com a suspensão dos *posts* na *fanpage* e com a concentração dos alertas no *app*, os administradores iniciaram um projeto para emissão de informes da violência urbana em todo o Brasil. Os dados coletados sugerem, no entanto, que, embora a proposta seja abranger o território nacional, o alcance do OTT e a participação dos usuários fora da região Sudeste ainda é residual. O estado do Rio de Janeiro concentra 79,05% dos alertas publicados, enquanto São Paulo aparece em segundo lugar (13,86%) e o Espírito Santo (6,19%) em terceiro. Em um mês, apenas três alertas de fora da região foram postados, sendo dois do Ceará, no Nordeste; e um de Brasília, no Distrito Federal (Tabela 2); o que não significa dizer que a violência nestas regiões seja menor.

Tabela 2 – Alertas por estado

Estado	Incidência de alertas/ mês	Percentual (%)
Rio de Janeiro	268	79.05
São Paulo	47	13.86
Espírito Santo	21	6.19
Demais	03	0.88

Fonte: Dados recolhidos no *app* OTT 10 de junho a 10 de julho de 2020

No caso particular do Rio de Janeiro, Antunes e Matheus (2019) destacam que o recrudescimento da violência urbana marca também o declínio do principal projeto de Segurança Pública implementado pelo governo estadual, o programa de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Essas unidades de polícia comunitária começaram a ser implantadas no interior das favelas cariocas a partir de 2008. A concretização do

INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

projeto das UPPs no Complexo do Alemão, em 2010, ganhou repercussão internacional com a exibição, ao vivo, pela Rede Globo de Televisão, da fuga em massa de traficantes de drogas.

Durante o pleno funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora, houve queda significativa nos registros de criminalidade, especialmente de homicídios no estado. Em 2017, o Rio de Janeiro alcançou a menor taxa desse tipo de crime, dado importante e basilar para o planejamento de eventos que teriam não apenas aquele estado, mas outras cidades do Brasil como sede, a exemplo da Jornada Mundial da Juventude (2014), da Copa do Mundo de Futebol (2014) e das Olimpíadas (2016) (ANTUNES; MATHEUS, 2019). Contudo, os índices de criminalidade voltaram a subir no período pós-pacificação, a partir de 2018, o que na opinião de Nunes (2017) também contribuiu para o surgimento de iniciativas de comunicação colaborativa e descentralizada da violência como as páginas *News*. Entre as que chamaram mais a atenção do pesquisador estão o OTT e o Fogo Cruzado. Atualmente, ambas funcionam como aplicativo, mas enquanto a primeira corresponde a uma iniciativa de cidadãos, a segunda, originalmente lançada pela Anistia Internacional, agora é gerida de forma autônoma pelo Instituto Update. É importante dizer que as duas ferramentas produzem relatórios mensais com dados sobre a violência urbana, constantemente utilizados pela imprensa tradicional.

A concentração de alertas da violência urbana no estado do Rio de Janeiro nos levou a priorizar a observação dos telejornais locais na tentativa de identificar em que medida os jornalistas usavam as imagens disponibilizadas pelo OTT nas reportagens e como processavam o material. Para isso, acessamos os noticiários locais das quatro principais emissoras de TV (Globo, SBT, Record e Band) recorrendo às páginas *online*, nos dias em foram publicados vídeos da violência no aplicativo. Conforme falaremos mais adiante, nosso intuito era, principalmente, verificar os créditos dados às imagens e os recortes das cenas exibidas. É importante notar que, muito embora o conteúdo dos alertas postados no *app* seja predominantemente no formato de texto (Tabela 3), os vídeos costumam ter uma audiência significativa. Ao final do mês de análise, os 23 vídeos compartilhados no *app* tinham alcançado 55.672 visualizações no canal do OTT no YouTube.

Tabela 3 – Alertas por conteúdo

Alertas/mês	Total
Texto	314
Vídeo	23
Foto	02

Fonte: Dados recolhidos no *app* OTT 10 de junho a 10 de julho de 2020

Relativamente aos vídeos publicados no aplicativo, notamos a existência de processos de edição ora para colocação das logomarcas do OTT, ora para ampliar o tempo de duração do material, formando um clipe de imagens com a junção de várias cenas mais curtas. Em algumas delas, as vozes das pessoas que filmam as ocorrências e narram os eventos que estão testemunhando é bastante perceptível. Notamos também que a preocupação com o selo OTT não ocorre nas fotografias, o que indica uma maior valorização de imagens em movimento por parte dos administradores do *app* pelo seu potencial para serem utilizadas nos telejornais. Sendo assim, a selagem funcionaria como uma tentativa de garantir o crédito ao aplicativo. Para isso, os administradores mantêm contato direto com a imprensa local por meio de um grupo criado em uma ferramenta de envio de mensagens instantâneas onde costumam disponibilizar as informações apuradas e os vídeos pré-editados que são publicados no *app*. O mecanismo funciona como um sistema de autorização para que os jornalistas usem os dados e as imagens na produção dos telejornais.

Dos 339 alertas observados, apenas oito estavam atribuídos aos usuários que costumam ser classificados com avatares de acordo com o *status* que alcançam pela quantidade de *posts* e comentários que publicam (Figura 1). Se, por um lado, o número sugere uma baixa participação dos cidadãos na publicação de informes, deixando a maioria deles a cargo dos administradores, por outro, observamos um elevado engajamento na confirmação das ocorrências. No mês de análise, os usuários imprimiram 6.761 confirmações aos alertas com 497 comentários (Tabela 4).

Fig. 1 – Avatares OTT



Fonte: App OTT

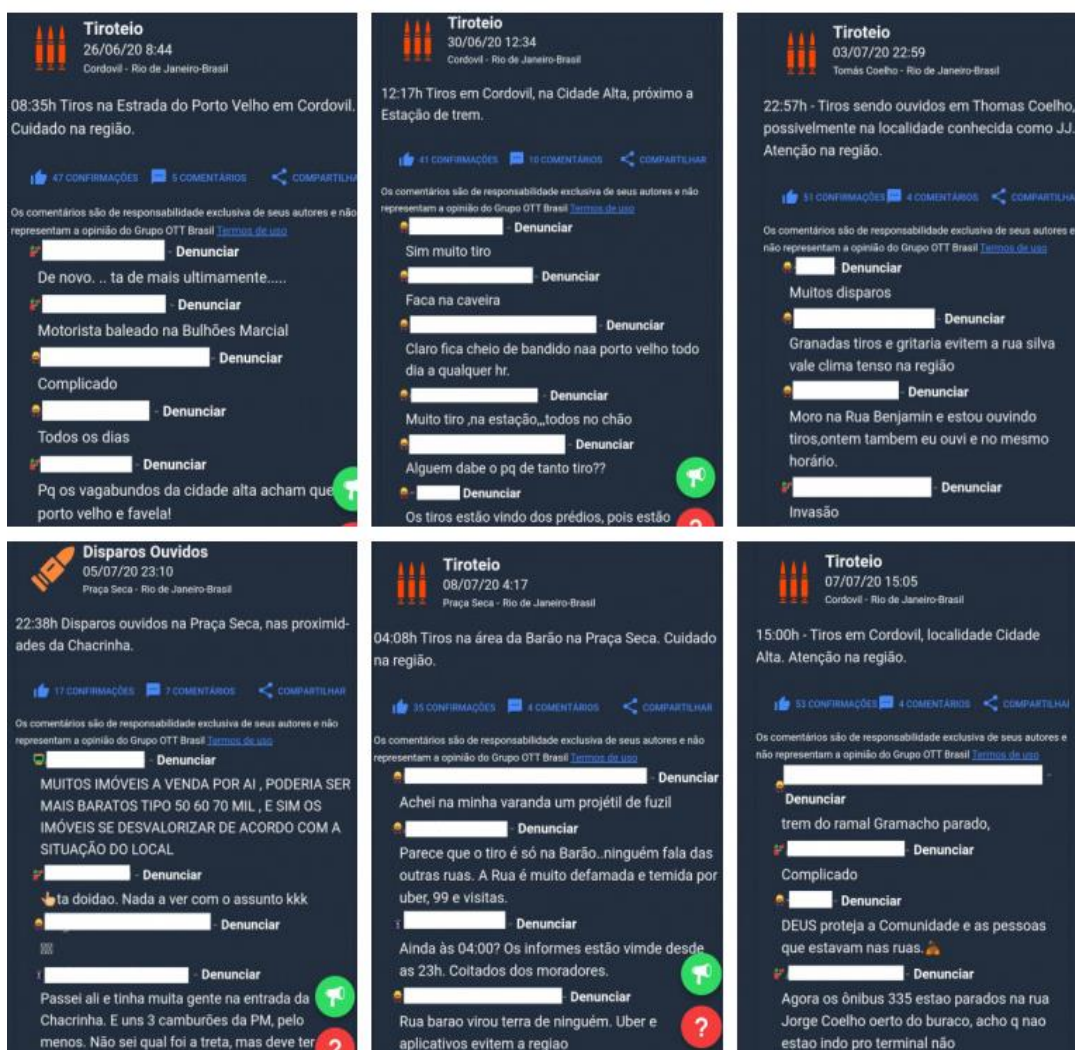
Tabela 4 – Reação e comentários em números

Data	Total de Alertas	Reação/Confirmação	Comentários
1ª semana	111	2.047	226
2ª semana	96	1508	90
3ª semana	63	1.186	80
4ª semana	69	2.020	101
TOTAL	339	6.761	497

Fonte: Dados recolhidos no app OTT 10 de junho a 10 de julho de 2020

Em certa medida, os comentários demonstraram haver uma preocupação em adicionar informações sobre as ocorrências, indicando, em alguns casos, a localização exata de confrontos, o tempo de duração de tiroteios e até mesmo a movimentação de traficantes de drogas armados por determinadas localidades (Figura 2). Esses comentários, classificados como colaborativos, geraram, inclusive, novos alertas na linha do tempo do OTT, alimentando, assim, um sistema contínuo de informes de situações de risco para os moradores/usuários. O perfil colaborativo de tais alertas fica bastante evidente em comentários como “Motorista baleado na Bulhões Macial”, “Muito tiro, na estação...todos no chão” ou ainda “Granadas, tiros e gritaria, evitem a rua Silva Vale, clima tenso na região” e “Ainda às 04:00? Os informes estão vindo desde às 23h. Coitados dos moradores”, mas também “Agora os ônibus 335 estão parados na rua Jorge Coelho perto do buraco, acho que não estão indo para o terminal não”.

Fig. 2 – Comentários colaborativos

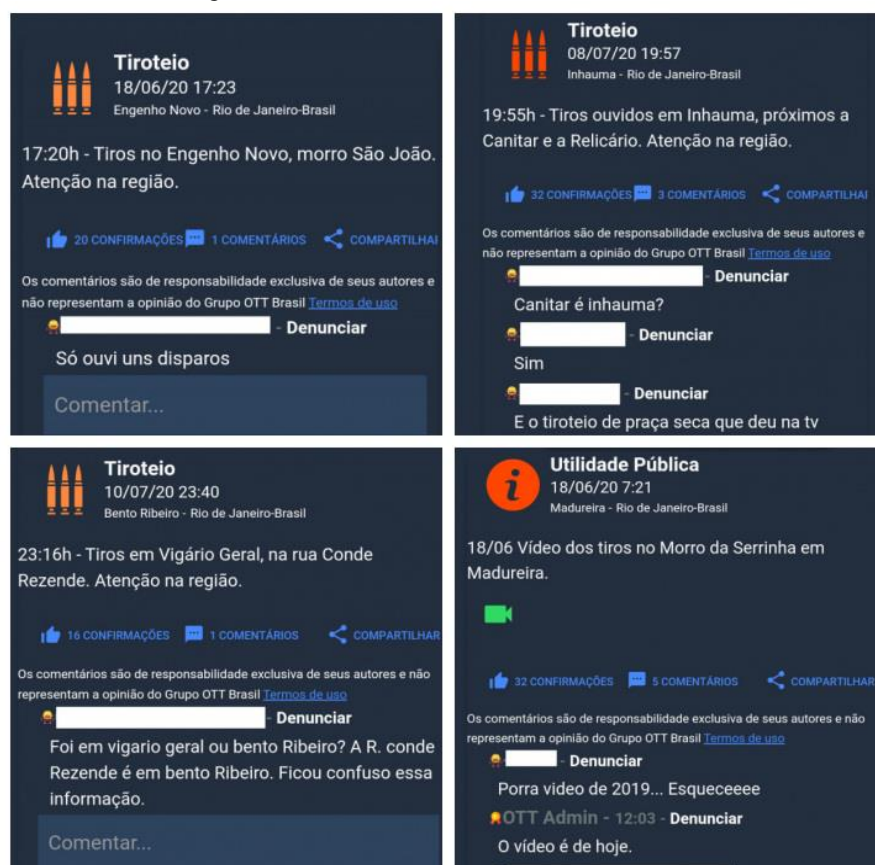


Fonte: App OTT

A complementaridade das informações publicadas, não raras vezes, cede espaço para comentários contestadores ou corretores (Figura 3). De um lado, eles indicam haver uma espécie de monitoramento das postagens pelos próprios usuários no sentido de evitar a propagação de informes incorretos ou demasiadamente imprecisos. Isso é perceptível no comentário: “Foi em Vigário Geral ou Bento Ribeiro? A R. Conde Rezende é em Bento Ribeiro. Ficou confuso essa informação”. Também nos chamou a atenção a reação do usuário ao alerta de tiroteio publicado em 18 de junho, face à desconfiança de que o vídeo postado no *app* estava desatualizado: “Porra, vídeo de 2019...Esqueceeee”. O comentário gerou a necessidade de resposta quase imediata dos administradores: “O vídeo é de hoje”.

Vale ressaltar também a reação de outro usuário no alerta de tiroteio no bairro de Inhaúma, registrado em 8 de julho. Ao se referir a um confronto em outra região, conclui: “E o tiroteio da Praça seca que deu na TV”. Este comentário é especialmente importante porque à medida que demonstra haver o acompanhamento contínuo dos *posts* pelos usuários, indica que eles observam a utilização das informações e vídeos publicados no *app* pela imprensa televisiva tradicional.

Fig. 3 – Comentários contestadores ou corretores

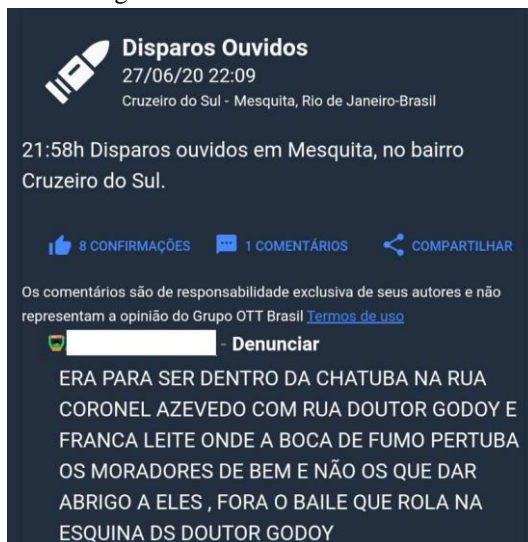


Fonte: App OTT

De modo particular, esse último comentário sugere a existência de um universo de pessoas que reconhecem a ferramenta como fonte confiáveis de informação, embora possa não ser considerada jornalística pelos jornalistas profissionais. Além disso, a credibilidade do aplicativo é reforçada entre os seguidores quando o material audiovisual publicado é exibido nos noticiários televisivos. Sendo assim, a confiança no sistema colaborativo proposto pelo *app* acaba construindo um sentimento de

segurança naquele ambiente online resultando na partilha de denúncias (Figura 4), conforme o comentário abaixo.

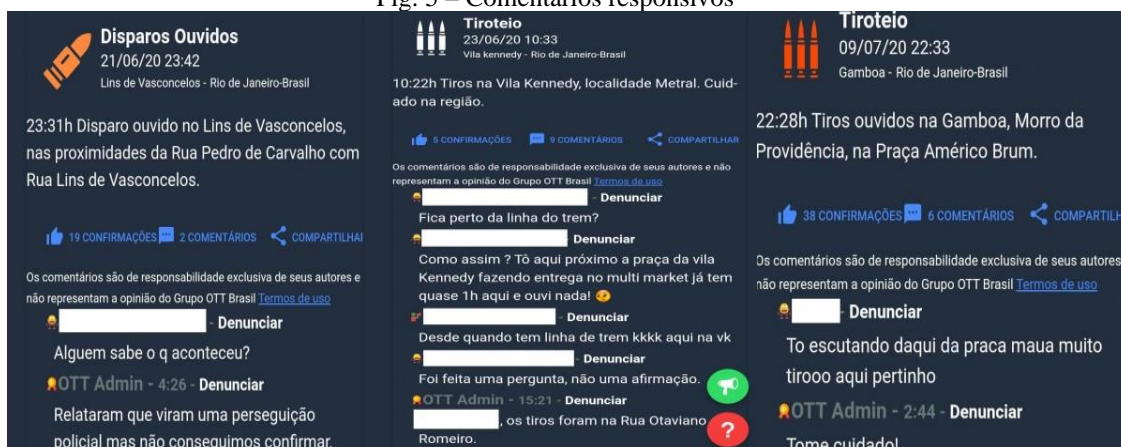
Fig. 4 – Comentário denunciativo



Fonte: App OTT

Por fim, entre as categorias de análise de comentários que propomos neste trabalho, destacamos os responsivos, quando as reações dos usuários produzem a necessidade de resposta dos administradores, levando-os a indicar os procedimentos usados para a apuração dos alertas, a fornecer novas informações ou atestar a impossibilidade de detalhamento dos informes.

Fig. 5 – Comentários responsivos



Fonte: App OTT

Isso pode ser percebido nos *posts* em destaque (Figura 5), em comentários como “Relataram que viram uma perseguição, mas não conseguimos confirmar” ou “Os tiros foram ouvidos na rua Otaviano Romeiro”. As duas respostas foram fornecidas após os administradores terem sido questionados por usuários.

4 Discussão

Ao traçar um panorama mais geral do aplicativo e do modo como os usuários se apropriam da ferramenta no seu cotidiano, procuramos também verificar em que medida a utilização de imagens testemunhais da violência urbana disponibilizadas pelo OTT nas reportagens exibidas nos telejornais sugere mudanças nas práticas de produção noticiosa, suscitando conflitos e disputas em torno da autoridade jornalística.

Polydoro e Costa (2014, p. 94) afirmam que o flagrante possui um efeito documental que se traduz em um “atestado de veracidade” de um determinado acontecimento, corroborando para a construção de narrativas telejornalísticas mais críveis. Em outras palavras, o termo “flagrante” faz supor a captação de um evento inesperado, que foge à previsibilidade, no momento exato de sua ocorrência. Daí as imagens testemunhais promoverem “o efeito de identificação tão necessário ao telejornalismo”.

Martins (2017) concorda com esse ponto de vista e ressalta que os flagrantes são apropriados pelas emissoras de televisão com o objetivo de contemplar um espectador que deseja entrar em contato com cenas que irrompem do filtro do olhar midiático, pois compreende que essas imagens retratam o “real” que é exibido. Assim, o flagrante reflete a captura de uma realidade imprevisível, uma fratura ou rompimento na ordem corrente das coisas. Isso explica porque as imagens captadas no momento dos acontecimentos – os flagrantes – são alçadas à instância jornalística como algo impressionante que merece destaque nos noticiários televisivos, especialmente os locais.

François Jost (2010) fala da existência de conteúdos imagéticos que são da ordem do sensível; isto é, que são exibidos para serem vividos mais do que propriamente para serem vistos. O autor se refere a este tipo de cena não como “imagem da violência”, mas como “imagem violenta”. Enquanto a primeira faz o

espectador ver um acontecimento que se sabe violento, sem, contudo, provocar um choque emotivo, a segunda “permite viver um acontecimento, porque constrói, por sua enunciação, uma humanidade por trás da câmera” (JOST, 2010, p.101).

Nessa perspectiva, uma imagem violenta é capaz de produzir um choque perceptivo no espectador. E é aqui que as imagens produzidas por cidadãos comuns ganham maior relevância, pois não chegam por meio de um equipamento de última geração com foco e ângulos orientados pelos meios de comunicação tradicionais, mas são captadas por pessoas comuns, quase sempre na altura dos olhos, na mesma perspectiva com que olhamos. Por meio delas é possível viver o drama, a situação de alerta, o medo, o desespero e, quem sabe, indignar-se com isso. Nesse conjunto de interpretações, encontramos pistas para compreender porque os flagrantes da violência urbana despertam o interesse dos jornalistas ao mesmo tempo em que atraem a atenção dos espectadores.

Sá (2016, p. 259) concluiu que esse tipo de conteúdo serve a uma melhor contextualização das peças jornalísticas. Sua apropriação, por isso, atende a uma espécie de *tiranía do visível* que rege os telejornais (grifo da autora). Nesse sentido, a observação das reportagens publicadas nos principais telejornais do Rio de Janeiro, no período de análise, sugere que o aplicativo Onde Tem Tiroteio tem funcionado como um instrumento de mediação da relação entre o público e os noticiários, na medida em que os últimos utilizam o conteúdo informativo e audiovisual produzido pelos primeiros, mas processado e disponibilizado pelos administradores no *app* (Fig. 6 e 7).

Fig. 6 – Utilização de imagens publicadas no OTT pelos telejornais



Fonte: *Balanço Geral RJ* – TV Record de 8 de julho de 2020.

INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

Aline Grupillo Chagas Reis; Joaquim Serra. Onde Tem Tiroteio: informação colaborativa e fluxo distributivo de imagens da violência urbana no Brasil. p. 58-80. DOI 10.35168/1980-5276.UTP.interin.2022.Vol27.N1.pp58-80

Fig. 7 – utilização de dados do OTT pelos telejornais



Fonte: *RJTV 1ª Edição* – TV Globo de 8 de julho de 2020

Tudo indica que o circuito de distribuição de imagens da violência seja bem mais amplo, pois algumas vezes observamos que as mesmas imagens publicadas no OTT foram usadas nos telejornais, mas sem qualquer tipo de crédito (Figura 8) ou creditadas de forma genérica às “redes sociais” ou aos “telespectadores”, sem que os jornalistas especificassem por quais meios ou ferramentas elas foram obtidas. Ainda assim, o OTT parece ter alcançado um *status* mais elevado frente às outras plataformas de distribuição e adquirido uma maior credibilidade por parte dos jornalistas pela divulgação de informes cuja veracidade é amplamente confirmada pelos usuários no sistema de colaboração.

Fig. 8 – Imagem postada no OTT e usada sem crédito



Fonte: *SBT Rio* – SBT de 8 de julho de 2020

Em suma, tudo isso nos leva a crer que, embora repórteres, produtores e editores possam depositar uma certa confiança na ferramenta e com o auxílio dela reforçar sua autoridade junto ao público, as tentativas de obscurecimento da origem do conteúdo (Figura 9) evidencia a existência de conflitos de interesse, suscitando disputas em torno da autoridade.

Fig. 9 – Utilização de imagens do OTT com logomarca encoberta



Fonte: *Cidade Alerta RJ* – TV Record de 18 de junho de 2020

Niekamp (2011) ressalta que a popularização dos aparatos de gravação e os processos de convergência de mídias contribuíram para a profusão de vídeos produzidos por cidadãos comuns, dramatizando o problema da autoridade jornalística, principalmente na televisão. Isto porque essas imagens podem conferir valor testemunhal às histórias transmitidas (ZELIZER, 1990; SJØVAAG, 2011). Por meio delas, jornalistas e emissoras costumam capitalizar autoridade junto ao público, daí o estímulo à participação da audiência através do envio de fotos e vídeos de eventos do cotidiano.

Por não conseguirem estar em todos os lugares ao mesmo tempo, emissoras e jornalistas tendem a incentivar a gravação desse tipo de conteúdo audiovisual, especialmente em catástrofes e acidentes naturais, cuja cobertura jornalística torna-se restrita (KPEROGI, 2011). No caso específico da violência urbana, Grupillo (2018) destaca que o interesse dos telejornais pelos flagrantes está relacionado a, pelo menos, três fatores: 1) aos riscos inerentes a esse tipo de cobertura; 2) às dificuldades de acesso

aos locais considerados hostis à presença de agentes da imprensa e 3) aos problemas estruturais das emissoras.

No telejornal brasileiro de maior audiência, por exemplo, pouco mais de 16% das reportagens exibidas contêm algum tipo de conteúdo gravado por cidadãos. Entre os temas com maior inserção desse tipo de imagem no *Jornal Nacional* (Rede Globo), os Policiais/Acidentes aparecem em primeiro lugar (23,8%) (KARL, 2012). A pesquisa demonstra ainda a existência de assuntos mais sensíveis a essa participação ligados, em sua maioria, à violência urbana (42,5%). Em contrapartida, em apenas 11% das reportagens foi observada a indicação de autoria dos produtores nas imagens utilizadas.

Para Neves e Maia (2009), ao obscurecer as marcas de autoria nas imagens, os telejornais tornam-se “proprietários” das denúncias que exibem. A ligação entre autoria e autoridade é apresentada por Zelizer (1990) como basilar da produção telejornalística, pois explica o porquê dos jornalistas se sentirem responsáveis pelos fatos que noticiam. É como testemunhas oculares que os jornalistas constroem um sentimento de propriedade das histórias contadas. Quanto mais próximos estão de um determinado evento, maior é a autoridade que esses profissionais capitalizam para apresentá-lo ao público.

Nesse aspecto, o uso das imagens gravadas por cidadãos é problematizado por Bolter e Grusin, (2000) para quem, quanto mais a mídia procura mostrar o real de modo transparente, mais ela se torna opaca; ou seja, perde sua força no papel de protagonista nos processos de mediação com impacto na autoridade dos profissionais da imprensa, uma vez que o uso de conteúdo imagético produzido por não profissionais termina por levantar questões sobre os valores jornalísticos, assentes nos processos de checagem e apuração das informações, e no papel de selecionador de conteúdo dos jornalistas profissionais (NIEKAMP, 2011).

Ao investigar a percepção da audiência desse tipo de contribuição, pesquisadores americanos constataram que os vídeos gravados por cidadãos conferem às reportagens um senso de realismo e autenticidade que aproxima as notícias do público. Para Williams, Wahl-Jorgensen e Wardle (2011, p. 199-200), “há um claro sentimento de que se alguma coisa foi filmada, fotografada e reportada por um membro do público, isso faz dela algo mais acreditável”.

Em suma, esses autores concordam que a credibilidade no material audiovisual captado por pessoas comuns tende a superar àquela depositada nos jornalistas pelo modo autêntico com que os primeiros contam as histórias. Isso impacta conceitos como objetividade jornalística e ideologia profissional (DEUZE, 2009) por meio dos quais os jornalistas procuram proteger seu lugar privilegiado de produtores de conhecimento e, por conseguinte, sua autoridade.

5 Considerações Finais

Este trabalho resulta da observação direta dos alertas publicados no aplicativo OTT, da reação dos usuários, bem como da utilização do material informativo e imagético disponibilizado no *app* em reportagens televisivas. Os dados coletados e analisados suscitaram discussões a respeito de um modelo colaborativo de produção de conteúdo e do fluxo de distribuição de imagens da violência urbana por circuitos não tradicionais de mídia. Observamos que, de algum modo, o fenômeno tem provocado alterações nas dinâmicas de produção da notícia pela imprensa televisiva tradicional, fazendo emergir conflitos e disputas em torno da autoridade dos jornalistas.

O tema, sensível aos profissionais da imprensa, acabou dramatizado pelo uso frequente de cenas testemunhas de eventos do cotidiano nos telejornais. Neste quesito, a violência urbana parece ter alcançado ainda mais relevância pelos flagrantes captados por pessoas comuns e pelo choque que essas imagens costumam produzir. Ao abordar o funcionamento do *app* OTT, não tentamos esgotar o debate sobre a produção desse tipo de material e a exibição nos telejornais, mas voltar o olhar para um fenômeno contemporâneo que perpassa o desenvolvimento tecnológico, os novos modos colaborativos e de sociabilidade online e a credibilidade informativa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. A; BARSOTTI, A. Jornalismo amador: proposta para definir as práticas jornalísticas exercidas pelo público em ambientes interativos. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 1, nº 1 p. 43-58, jan-jul, 2014.

INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

Aline Grupillo Chagas Reis; Joaquim Serra. Onde Tem Tiroteio: informação colaborativa e fluxo distributivo de imagens da violência urbana no Brasil. p. 58-80. DOI 10.35168/1980-5276.UTP.interin.2022.Vol27.N1.pp58-80

Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/409572>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

AMARAL, A. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, v. 86, p. 122-135, 2010. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13818>> Acesso em: 11 dez. 2019.

AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico na pesquisa em comunicação digital. **Revista Cadernos da Escola de Comunicação**, v. 1, n.6 dez. 2008. Disponível em <<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoscomunicacao/issue/view/15>> Acesso em: 11 dez. 2019.

ANA, L; MATTEDI-FURB, M. A. O território como tecnologia de mediação social: a customização territorial dos aplicativos móveis. **Anais XVIII ENANPUR**. Publicado em maio, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts/>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ANTUNES, B. F; MATHEUS, L. C. Cartografia da violência no Facebook e a experiência do medo. **INTERIN**, v. 24 (1), 2019. Disponível em <<https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/1441>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BOLTER, J. D; GRUSIN, R. A. **Remediation: understanding new media**. Cambridge: MIT Press, 1999.

CARDOSO, L. C. M; COSTA, M. L. Notas sobre a prática de pesquisa etnográfica no campo da Comunicação. **Questões Transversais**, 5 (10), 2017. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/15734>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

COSTA, B; POLYDORO, F. A apropriação da estética do amador no cinema e no telejornal. **LÍBERO**, v. 17 (34), p. 89-98, 2014.

DEUZE, M. The professional Identity in the Context of Convergence Culture. **Observatório**, 2009, v. 2, nº 4. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/216>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FRAGOSO, S; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRUPILLO, A. **A “ralé” do telejornalismo: o jornalista amador na produção da notícia e os limites da autoridade jornalística na televisão**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFF, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://ppgcom.uff.br/aline-grupillo-chagas-reis/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

INTERIN, v. 27, n. 1, jan./jun. 2022. ISSN: 1980-5276.

GUTIERREZ, S. D. S. A etnografia virtual na pesquisa de abordagem dialética em redes sociais on-line. **Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, v. 32, p. 1-16, 2009. (Publicado em CD-ROM).

HINE, C. **Virtual ethnography**. Londres: SAGE Publications, 2000.

JOST, F. **Compreender a televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KARL, J. **Uso de materiais produzidos por fontes externas ao campo do jornalismo: um estudo de caso do Jornal Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) – UFBA, 2012. (CD-ROM)

KEEN, A. **O culto do amador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KOZINETS, R. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. **Journal of marketing research**, v. 39 (1), p. 61-72, 2002. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1509/jmkr.39.1.61.18935>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

KPEROGI, F. A. Cooperation with the corporation?: CNN and the hegemonic cooptation of citizen journalism through iReport.com. **New Media & society**, v. 13 (2), p. 314-329, 2010. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444810373530>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

MARTINS, M. **Novos efeitos do real no jornalismo televisivo: reconfigurações estéticas e narrativas a partir da ubiquidade das máquinas de visibilidade**. Covilhã: LabCom.IFP, 2017.

NERONE, J. The historical roots of the normative model of journalism. **Journalism**, v. 14 (4), p. 446-458, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258154593_The_historical_roots_of_the_normative_model_of_journalism>. Acesso em: 22 dez. 2021.

NEVES, B; MAIA, R. Imagens estarrecedoras: telejornalismo e processos de accountability. **Brazilian Journalism Research**, v. 5 (1), p. 77-101, 2009. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/issue/view/12>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

NIEKAMP, R. Pans and Zooms: The quality of amateur video covering a breaking news story. In: Andén-Papadopoulos, Kari; Pantti, Mervi. **Amateur images and global news**. Bristol: Intellect, 2011.

NUNES, P. Crime e polícia no #RioDeJaneiro: relatos em páginas do Facebook. **Boletim Segurança e Cidadania**, nº 24, out. 2017. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/boletim/crime-e-policia-no-riodejaneiro-relatos-em-paginas-do-facebook/>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Revista Esferas**, v. 2 (3), p. 61-71, 2013.

SÁ, S. M. M. D. **Jornalismo integrador**: o noticiário televisivo na era da abundância informativa. Tese de Doutorado, Universidade da Beira Interior (Portugal), 2019. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4455>>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SJØVAAG, H. Amateur Images and Journalistic Authority. In: Andén-Papadopoulos, Kari; Pantti, Mervi. **Amateur images and global news**. Bristol: Intellect, 2011.

WILLIAMS, A; WAHL-JORGENSEN, K; WARDLE, C. More real and less packaged: audience discourses on amateur news content and their effects on journalism practice. In: Andén-Papadopoulos, Kari; Pantti, Mervi. **Amateur images and global news**. Bristol: Intellect, 2011.

ZELIZER, B. Where is the author in american TV news?: On the construction and presentation of proximity, authorship, and journalistic authority. **Semiotica**, v. 80-1/2, p. 37-48, 1990. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/asc_papers/664/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

_____. **Covering the body**: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1992.

Recebido em: 03.09.2021

Aceito em: 16.12.2021